

ATA N.º 4/2024

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2024

No dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e treze minutos, na sede do Grupo Folclórico de Danças e Cânticos de Olhos de Água, no âmbito da semana da Freguesia de Pinhal Novo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, João Carlos da Claudina Silva Nunes, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

O **Sr. Presidente** começa por dar as boas vindas a todos os presentes.

Considera este momento mais um privilégio, no âmbito das semanas dedicadas às freguesias, pois possibilita, todos os anos, circularem por vários locais das freguesias, ou seja, não descentralizam somente para a sede da freguesia, aproveitando estas reuniões públicas para um momento de participação da cidadania, com a colocação de questões e problemas. Manifesta a sua satisfação, pois é através da cidadania ativa, direta e participativa que faz sentido construir o desenvolvimento social e local.

Considera que tem o dever de prestar contas, de conversar e ouvir as expetativas dos munícipes e vê esta proximidade como momentos sempre muito gratificantes.

Agradece a cedência das instalações para a realização da reunião pública descentralizada, à direção do Grupo Folclórico de Danças e Cânticos de Olhos de Água, instalações que considera serem de uma centralidade importante, não apenas para o convívio dos associados e amigos como também para as atividades que proporcionam, sendo uma coletividade que participa em outros eventos da freguesia, tais como as Festas Populares, organização de cortejos etnográficos (como os círios).

Mais considera que estão na identidade do local, num espaço da comunidade.

Antes de informar sobre a forma de funcionamento da sessão e do trabalho realizado durante a semana, dá nota de alguns os atos prévios.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de Câmara Municipal, apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa, por motivos pessoais, foi convocado, nos termos

dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. João Carlos da Claudina Silva Nunes. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de Câmara Municipal, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, por estar ausente da área da autarquia, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028

PONTO 2 – Contrato Programa de Cooperação Financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo para aquisição de um veículo de socorro e assistência especial – 2ª alteração

PONTO 3 – Contrato Programa de Cooperação Financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura para aquisição de um veículo florestal de combate a incêndios (VFCI)

PONTO 4 – Procedimento para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de 19 (dezanove) pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos no Concelho de Palmela

PONTO 5 – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação

PONTO 6 – Transferência financeira para o Agrupamento de Escolas José Saramago – despesas de funcionamento com o edifício do 1º ciclo – Ano Letivo 2023/2024

PONTO 7 – Transferência Financeira de verba para Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – Correção de Valor

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR. PRESIDENTE, POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

– Em matéria do urbanismo:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 03/02/2024 a 20/02/2024.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos

praticados em matéria de subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 07/02/2024 a 20/02/2024.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados por subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 07/02/2024 a 20/02/2024.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos atos praticados em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, pelo/as Sr./as Presidente, Dr. Álvaro Balseiro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Maria Teresa Palaio, no período compreendido entre 05/02/2024 a 19/02/2024.

Despachos emitidos por (sub)delegação de competências - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Recursos Humanos:

A Câmara Municipal toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 7, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, no período compreendido entre 07/02/2024 a 20/02/2024.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os 07/02/2024 a 20/02/2024, no valor de 1.538.358,25 € (um milhão, quinhentos e trinta e oito mil, trezentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 8.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 21/02/2024, apresenta um saldo de 11.090.233,57 € (onze milhões, noventa mil, duzentos e trinta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 8.331.949,14 € (oito milhões, trezentos e trinta e um mil, novecentos e quarenta e nove euros e catorze cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.758.284,43 € (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos).

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE PINHAL NOVO

O **Sr. Presidente** refere que a Câmara Municipal de Palmela está a promover a Semana da Freguesia de Pinhal Novo, no âmbito do ciclo de semanas descentralizadas 2024.

Informa que, periodicamente, fazem-se reuniões de trabalho, onde visitam obras e problemas existentes de forma a estarem em sintonia com a Junta de Freguesia e que foi esse o trabalho desenvolvido durante toda a semana.

Dá nota que aproveitam estas semanas para fazerem o ponto de situação de vários projetos e que reuniram com vários agentes locais, sociais, coletividades e associações de moradores, fizeram visitas a obras, a empresas e instituições e tiveram também momentos de participação pública.

Comunica que, no dia anterior, estiveram presentes na abertura da exposição com a mostra de projetos centrados na freguesia de Pinhal Novo que ficará patente na Biblioteca Municipal de Pinhal Novo, até final da próxima semana.

Refere que iniciaram a semana em reuniões preparatórias, com as equipas técnicas que trabalham nos processos e que estiveram reunidos com a recém-criada Associação de Moradores da Lagoa da Palha, onde foi possível conferirem as suas reivindicações, partilhar as propostas para o “Eu Participo” e obras necessárias. Informa que estiveram sobretudo a debater o funcionamento do que são as estruturas associativas, o acompanhamento técnico que podem ter

da parte do Gabinete de Participação e Cidadania (estrutura da Câmara Municipal que dá apoio a associações). Debateram igualmente a importância do trabalho associativo em rede, tendo a Associação referido que não quer ficar só pela reivindicação das infraestruturas para o local, como organizar algumas iniciativas que promovam os valores locais.

Partilha que o dia de ontem foi intenso de trabalho com os executivos com pelouros da Câmara e da Junta de Freguesia. No período da manhã decorreram reuniões muito produtivas, onde foi feito o balanço do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia no âmbito dos contratos interadministrativos e da transferência de competências. Lembra que as freguesias passaram a ter as competências da limpeza urbana. Realça que estiveram a falar sobre o modelo de trabalho e algumas formas de cooperação, onde fizeram o ponto de situação quanto aos compromissos estabelecidos por ambas as partes.

Refere que foram também discutidas questões como as calçadas e a conservação do espaço público, onde a Junta de Freguesia, no ano de 2023, esgotou praticamente todos os seus recursos nestas matérias. Foi ainda abordada a intenção da Junta de Freguesia começar a efetuar a limpeza dos marcos toponímicos (trabalho que já se encontra adjudicado).

Dá nota do grande investimento que foi feito, também pela Junta de Freguesia, em três parques infantis de jogo e recreio, sendo o mais significativo o do Jardim José Maria dos Santos, que implicou um grande esforço financeiro. Informa que tem conhecimento que está prevista, ainda para o presente ano, a intervenção, também por parte da Junta de Freguesia, de mais três parques infantis, um deles no Bairro da Cascalheira.

Têm noção que persistem, embora com algumas melhorias, dificuldades na limpeza urbana e na conservação dos espaços verdes, neste caso muito pela repetição dos concursos das empresas, com alguns atrasos pelo que espera que exista a necessária resposta.

Mais informa que foram relatadas também dificuldades com o contrato interadministrativo para a conservação e manutenção dos caminhos e aceiros em terra batida, porque as verbas são insuficientes, sobretudo nos caminhos e aceiros onde é praticamente impossível um tratamento eficaz. Partilha uma boa notícia que dois desses arruamentos serão pavimentados, um por empresas que se instalaram no local e farão o investimento, e outro pelo Município.

Continua informando que foram também abordados vários assuntos, entre eles o fenómeno da pressão urbanística de natureza e de génese ilegal do concelho, que é grande e o concelho está a crescer. Refere que existe um fenómeno de loteamento e emparcelamento ilegais de construção de várias espécies, desde casas de madeira, “quintinhas”, sociedades agrícolas, *mobilhomes*, tudo situações que não são permitidas por lei. Alerta que todas estas situações precisam de ser legalizadas e construídas onde o é permitido. Informa que a fiscalização municipal tem feito a sua intervenção, tem sido atuante e que existem processos em curso no Ministério Público. Existem zonas onde ainda é possível a sua legalização, mas existem outras que nunca o conseguirão fazer.

Considera ser um crime contra o território aquilo que está a ser feito.

Dá nota que existe quem queira construir em zonas onde se pode construir e cumprem uma série de regras e existem zonas para viver, para agricultura, de reserva ecológica, de infiltração máxima de águas que não podem ser impermeabilizadas nem ocupadas, pois os problemas da ecologia existem na realidade, não apenas em teoria. Considera ainda que é necessário existir uma força de determinação em todas estas questões e manifesta que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm muitas preocupações com este problema e têm feito campanhas de informação, procurando alertar os munícipes para que não sejam enganados.

Informa que fizeram algumas visitas em vários locais da freguesia de forma a identificar problemas que necessitam de intervenção, quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal, em matérias como as acessibilidades, renovação de canteiros, mobiliário urbano, alteração de sinalização de trânsito, pelo que têm um caderno de encargos muito extenso para se procurar resolver estas questões durante os próximos meses.

Transmite que a semana também é feita do contato com instituições que trabalham em parceria com a autarquia. Refere que tem o privilégio de ter no Concelho de Palmela, instalada na antiga Escola Básica dos Arraiados, uma das instituições de referência de apoio aos autistas e famílias com crianças autistas: a Inovar Autismo, onde tiveram reuniões e partilharam projetos novos. Informa que a Inovar Autismo tem um Centro de Inovação e Desenvolvimento para a Inclusão para pessoas com deficiências e incapacidades. Mais informa que, devido à deteção de problemas de fissuras e estabilidade no edifício, a Associação teve de sair provisoriamente (já existe uma alternativa provisória) de forma a se poder efetuar as obras necessárias.

Partilharam também a novidade de uma nova candidatura para um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com deficiência e incapacidade.

Refere que se tratam de projetos da área social que estão em desenvolvimento, onde a Câmara Municipal assumirá alguns compromissos.

Dá nota da Mostra de Projetos que divulga trabalhos muito diversificados tais como pavimentações, redes de esgotos, novos espaços de jogo e recreio, logradouros e intervenções em escolas, parques verdes urbanos na área do ambiente e equipamentos desportivos. Investimentos que podem atingir 12 milhões de euros, alguns com o prazo de conclusão até aos 3 anos.

Refere alguns, tais como:

- reabilitação da antiga sede do Pinhalnovoense (que já tem projeto);
- edifício da antiga Coopinhal (que o Município adquiriu e irá instalar serviços municipais, nomeadamente os da administração urbanística);
- antigo edifício Santa Rosa (que é do Município e onde está instalado o Rancho Folclórico da Casa do Povo e o ATA – Ação Teatral Artimanha), onde no primeiro andar será

reabilitado com um projeto vencedor do “Eu Participo” ligado à mostra de arte da juventude bem como a outras dinâmicas socioculturais;

- projeto da pista simplificada de atletismo;
- pavimentação da Rua das Sesmarias (uma rua muito problemática);
- infraestruturação da Rua dos Couceiros (com a implementação de todo o emissário até à ETAR da Simarsul, que já está em curso);
- passagem desnivelada na linha da Rua do Alentejo;
- sistema de parques (urbano e ecológico);
- pavimentação da Rua 1.º Maio e da Rua do Terrim (com projeto);
- rede de drenagens residuais e domésticas no Bairro da Carregueira e Abreu Grande (com procedimento já pronto para ser lançado);
- ciclovia da Estrada do Montinhoso;
- pavimentação de um troço da Rua do Montinhoso (mais perto da Palhota);
- requalificação dos logradouros da Escola da Lagoa da Palha e da Escola Salgueiro Maia;
- requalificação da Rua Infante D. Henrique, em matéria de acessibilidades;
- pavimentação da Rua dos Alegrias, no Vale da Vila;
- acessibilidades no Bairro José Maria dos Santos (refere-se aos arruamentos empedrados antigos entre a Junta de freguesia e o Jardim José Maria dos Santos), num investimento de cerca de 1 milhão de euros onde está prevista a realização da remodelação de todas as infraestruturas, em particular da águas e esgotos, pavimentação nova e acessível.

Refere que são muitos projetos e convida a visitar a exposição patente para ficarem a conhecer.

Continua a informar que durante o presente dia, foram visitar, juntamente com todo o executivo municipal, comunicação social e outros técnicos, algumas obras em curso, nomeadamente:

- O espaço de jogo e recreio do campo sintético que está em conclusão na Escola Básica António Santos Jorge. Para além das melhorias que foram realizadas na escola e com o mobiliário, existe um projeto com as crianças que visou a requalificação e também a substituição de algumas árvores no recinto escolar, obra que está prevista para o período da Páscoa;
- No mercado mensal, visitaram as plantações da iniciativa “Pinhal Novo Verde”, onde crianças de várias escolas do agrupamento têm participado;
- Na construção dos campos de Padel, que são 4, junto à Piscina Municipal de Pinhal Novo;
- Na Urbanização da Salgueirinha, visitaram o novo Parque Canino, que fica junto ao Mercado Mensal. Integra-se no prolongamento do parque verde urbano, que irá até à zona do “Andrade” e onde irá também contemplar a pista simplificada de atletismo;
- Na zona do futuro ecoparque, junto à Ribeira da Salgueirinha. Este conceito de parque ecológico urbano, insere-se numa dinâmica de naturalização, ou seja, sem equipamentos urbanos e sobretudo com espécies autóctones. Será feito um corredor na zona da reserva

ecológica com arvoredo, passeios, pedestrianismo, com hortas comunitárias, circuitos curtos, entre outros. Será sobretudo um corredor verde ecológico;

Visitaram também várias empresas, apesar da freguesia de Pinhal Novo ser a mais urbana, mais cosmopolita do concelho, na sua periferia continua a ter a marca das tradições. Não deixa de ser um concelho rural, com orgulho de o manter e por isso visitaram:

- Zona da Fonte da Vaca, junto à Estrada dos quatro marcos a visitar a Courela dos Pegos Bio. Uma família ligada à agricultura, onde três jovens se dedicaram nos últimos anos à produção agrícola biológica. Tem nos dias de hoje distribuição, produtos biológicos à venda nos Mercados de Produtores do Pinhal Novo e não só. Modelos de cabazes com entrega direta ao consumidor. Uma grande variedade de produtos da época. Com distribuição desde Lisboa a Setúbal. Considera ser importante acarinhar estes projetos, numa lógica de sustentabilidade ambiental;
- No Bairro da Carregueira, passaram na recém-concluída pavimentação do Aceiro António Marreco;
- Na Lagoa da Palha, a Rua 1.º de Maio, que está incompleta e por isso durante o presente ano irão lançar o concurso para a sua conclusão até à Rua do Olival;
- Na Rua dos Alegrias conheceram a importância estratégica da ligação entre a Rua dos Comerciantes e a Estrada Municipal 533-1;
- A Rua Joaquim Agostinho e Rua Júlio Dinis, na Lagoa da Palha, que foram as mais votadas no projeto “Eu Participo”, e por isso existe o compromisso de até ao final de 2025 estas ruas estarem asfaltadas;
- A Escola Básica da Palhota, onde também foi encontrado um problema de fissuras e de estabilidade do edifício no início do ano letivo. Informa que adjudicaram a empreitada de estabilidade num valor de 52 mil euros que está a decorrer e esperam até final de abril concluir. Também junto a esta escola irá nascer um Centro Escolar que virá permitir desativar três escolas pequenas e antigas, acomodando assim estas num espaço com as condições que devem ter. Foi dado nota da aquisição de um terreno, no final do ano passado, em torno da Escola da Palhota que permitirá no futuro fazer-se esse Centro Escolar.
- A Rua João de Deus, junto ao Cemitério de Pinhal Novo, na zona do Bairro da Confidente, onde já foi também adjudicada a empreitada. Para além dos 130 metros de pavimentação, da remodelação da rede de águas e construção da rede de drenagem pluvial, será criada uma zona com mais 18 lugares de estacionamento;
- A obra da Rua dos Couceiros e Estrada Nacional 379-2, que é a “espinha dorsal” de todo o projeto que têm previsto para o aglomerado. Estando terminada, nos anos seguintes, as restantes ruas perpendiculares entrarão em obra para os esgotos e depois a pavimentação. Tudo isto num total de 625 metros de coletores e 20 ramais domiciliários,

de rede de esgotos. Este projeto existe, já tem valor previsto e será lançado depois da obra inicial estar concluída;

- A Quinta do Sobral e do Terrim, para visitar um pequeno troço da Rua José da Cruz Coelho que está a ser intervencionado para ligar a Rua 1.º de Maio à Rua 25 de Abril. Obra também votada no "Eu Participo". Na mostra de projeto mencionou-se igualmente a Rua Zeca Afonso, que também se considera uma "espinha dorsal" dos esgotos para a estação elevatória. Refere que é mais uma entre tantas outras que existem no bairro e informa que esta está um primeiro lugar porque é a que recebe os esgotos graficamente e depois irá bombar tudo para ir para a ETAR.
- Terminaram a visita a empresa JSVC Decor, na Rua do Montinhoso. Uma empresa fundada em 2012 que constrói cenários para estúdios de televisão e emprega 70 trabalhadores. Refere que quando visitam estas empresas trata-se de uma forma de lhes dar visibilidade, importância e reconhecimento. São pessoas que investem, dão emprego, que criam economia e desenvolvimento.
- Informa que no dia seguinte estarão no "Parque Verde Urbano" juntamente com escolas e empresas para plantar cerca de 50 sobreiros.

Dá nota, ainda da visita da Sra. Vereadora Maria João Camolas e de técnicos da área da educação ao Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, onde vão almoçar e debater algumas questões relacionadas com o refeitório.

Informa ainda que terão uma reunião com Clube de Judo de Pinhal Novo, com os PIA – Projeto de Intervenção Artística e os Bardoada – Grupo do Sarrafo para debaterem questões sobre as instalações e melhoria de obras nos espaços onde estão instalados.

Termina a informar que na sexta-feira será o dia dedicado aos atendimentos com os srs. e sras. Munícipes.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo, alertando para o Regulamento Geral de Proteção de Dados e a consequente autorização dos intervenientes para permitir a sua gravação e captação de imagem, desde que seja essa a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela construção inadiável de uma variante à EN252).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** (Valentim Pinto).

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Rita Lourenço).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2023 – Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do

O Sr. Presidente apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela construção inadiável de uma variante à EN252).

«Há cerca de três décadas que as autarquias e as populações locais reivindicam a criação de alternativas viárias à EN 252 e à EN 379, que permitam aliviar a forte pressão exercida pelo tráfego intenso, em particular, no coração das localidades. A centralidade do Concelho de Palmela, no contexto do hub empresarial metropolitano, contribui, de forma determinante, para o aumento exponencial do tráfego pesado, que utiliza estas artérias nacionais, também, como escape às vias portajadas. O crescimento demográfico e a atratividade turística e económica da região são mais alguns fatores a considerar neste contexto, que continua a agravar-se e a prejudicar fortemente a qualidade de vida das populações e de quem circula. Ruído, deterioração da qualidade do ar, insegurança nos atravessamentos, longos períodos de congestionamento em “horas de ponta” e o inevitável desgaste destas estradas, que não foram concebidas para esta tipologia de tráfego, são as consequências mais visíveis do fenómeno.

Mas se a urgência de resolver o problema parece lógica e unânime, a vontade de encontrar e pôr em prática uma solução já parece menos consensual. A EN 252 liga Montijo a Setúbal e atravessa a vila de Pinhal Novo, que tem crescido em torno destes dois eixos transversais: a nacional e o caminho-de-ferro. A necessidade de uma via variante, que retire o tráfego “de passagem” do centro da localidade, foi identificada há muito, mas não chegou a concretizar-se, não obstante

um primeiro espaço canal já integrar o Plano Diretor Municipal desde 1997, contratualizado, portanto, com a tutela. De entre o longo histórico desta reivindicação, sublinha-se que já esteve prevista no Plano Rodoviário Nacional, que foram realizados estudos da diretriz para uma outra alternativa e que a construção da Variante à EN 252 acabaria mesmo por ser contratualizada num protocolo de entendimento e colaboração, celebrado em 2009 e homologado pelo Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações de então, no quadro da construção da Plataforma Logística Intermodal do Poceirão. Nesse acordo, a Estradas de Portugal (atual Infraestruturas de Portugal) assumia total responsabilidade material e financeira pela concretização, entre outras ligações, da variante nascente à EN 252, em Pinhal Novo.

O Município de Palmela tem, reiteradamente, interpelado e reunido com sucessivos Governos e responsáveis da Infraestruturas de Portugal, procurando evidenciar a necessidade de um olhar atento para as características específicas do Concelho de Palmela e apresentando propostas concretas, sempre com uma postura disponível para fazer parte da solução. De igual modo, o Município respondeu sempre, com propostas sustentadas, ao repto para a definição das ações prioritárias a incluir nos diversos quadros comunitários de apoio e no Plano de Recuperação e Resiliência. No entanto, as duas variantes continuaram sem resposta e a sua não inclusão na versão final do Programa Nacional de Investimentos 2030 (Resolução do Conselho de Ministros 192/2023, de 26 de dezembro) é, no mínimo, preocupante. Também não se vislumbra, neste documento estratégico, referência à requalificação dos acessos à Autoeuropa no programa de valorização de áreas empresariais, 2.ª fase, desenhado para «incrementar as acessibilidades rodoviárias às Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) que já se encontram consolidadas e que apresentam elevada relevância nos contextos regional e nacional, fomentando a sua competitividade».

Ao longo dos anos, o Município assumiu a responsabilidade de desenvolver novos estudos de diretriz para as variantes, com propostas de traçado mais curtas, económicas e sustentáveis, entretanto, já vertidas na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal. Esses traçados – no caso da EN 252, com ligação da zona do Montinhoso à saída norte de Pinhal Novo, junto ao nó da autoestrada, a par de uma nova circular a poente, em Val'Flores – foram apresentados, em reunião realizada a 2 de março de 2023, ao Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Frederico Francisco, que remeteu para um estudo futuro com a Infraestruturas de Portugal.

Sem variantes, sem obras de reparação das estradas nacionais, em péssimo estado de circulação e segurança para milhares de pessoas que nelas circulam, diariamente, sem apoio para a qualificação e conservação de acessos a um dos maiores e mais importantes parques industriais do país, o Concelho de Palmela, as suas populações e agentes continuam a ser preteridas/os nas opções nacionais de gestão do território. Num momento em que o país se prepara para ir a eleições, importa saber quais são os partidos e as/os candidatas/os que se comprometem com a construção da variante à EN 252, que, mais do que um objetivo local, deve ser um desígnio da região.

Reunida a 21 de fevereiro de 2024, a Câmara Municipal de Palmela delibera exigir da tutela a assunção de um compromisso concreto para com a concretização inadiável de uma via variante à EN252, em Pinhal Novo, solicitando uma reunião urgente com a/o Ministra/o das Infraestruturas, assim que seja empossado o novo Governo.

A presente moção deverá ser remetida a:

- Sua Excelência, o Presidente da República;
- Sua Excelência, a/o Presidente da Assembleia da República;
- Sua Excelência, o Primeiro-Ministro;
- Ministério das Infraestruturas;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Nacional de Freguesias;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
- Área Metropolitana de Lisboa;
- Associação de Municípios da Região de Setúbal;
- Assembleia Municipal de Palmela;
- Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela;
- Conselho Local de Mobilidade;
- Infraestruturas de Portugal, S.A;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.;
- Associação da Indústria da Península de Setúbal;
- Comunicação social.»

Sobre a moção (Pela construção inadiável de uma variante à EN252) intervém:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** cumprimenta todos os presentes e informa que o Partido Social Democrata irá juntar-se à presente moção e votar a favor.

Considera, no entanto, uma moção repetida, pois continua sem ser resolvida.

Informa que o Partido Social Democrata, localmente, tem também feito o seu trabalho, tendo apresentado na última legislatura a questão ao partido. Informa igualmente que foi apresentado um projeto de resolução que, até ao momento, não teve qualquer resposta. Sobre a última questão colocada ao Sr. Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, dá nota que a resposta foi que não estava prevista qualquer intervenção de fundo à EN 379.

Considera estas vias fundamentais para o concelho, num assunto tão importante como a mobilidade e a acessibilidade, com muito transtorno que trás ao concelho, mesmo a nível de segurança quer de peões e trânsito.

O **Sr. Vereador Raul Cristóvão** cumprimenta todos os presentes e partilha que, por vezes, tem dificuldade em perceber como é que se faz política, pois durante os anos em que foram Governo, os mesmos não deram qualquer resposta à autarquia sobre a intenção de se fazer a presente obra e agora mencionam que estão muito preocupados sem nunca trazerem a reuniões de Câmara Municipal este problema da forma como o Partido Socialista, em conjunto com a autarquia, tem trazido. Considera que este problema tem que passar por um trabalho em conjunto, por ser fundamental para o concelho. Relembra que desde 1993, ou seja, há muitos anos, que se anda a defender esta obra, pois já existiu a proposta da variante a poente, a proposta da variante a nascente por ser mais fácil, curta e até mais barata. Refere que todos os vereadores do Partido Socialista têm feito, durante estes anos todos, pressão para que esta obra seja considerada fundamental, situação que irão continuar a fazê-lo, independentemente de quem seja Ministro, poder central e Governo, pois estão presentes para defender os interesses do concelho, seja o Governo que for.

Reafirma que continuarão a debater-se por esta e outras obras que são fundamentais para o concelho pois, como autarcas, têm a obrigação, independentemente de quem seja o Governo, defender o que acreditam ser fundamental para o desenvolvimento quer do concelho e da freguesia, sendo também do interesse nacional que se faça esta variante.

Considera ser importante apostar em variantes que estão em núcleos urbanos que estão em crescimento exponencial como é o caso do Pinhal Novo.

Mais considera que esta questão é muito séria e toda a Vereação deve estar coordenada independente da força política, pois têm que estar todos juntos e agregados na luta, no desejo e na tentativa para que a obra aconteça.

Termina a reforçar que podem contar com o Partido Socialista para esta e outras obras que são fundamentais para o concelho e que são da responsabilidade do Governo central.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** responde ao **Sr. Vereador Raul Cristóvão** e afirma que não fez “ataque” algum, tendo falado a verdade, com factos concretos e objetivos. Refere que parece-lhe existir um Partido Socialista na Assembleia da República e outro no concelho de Palmela. Afirma também que não é verdade que o PSD não tenha trazido este assunto a reuniões de Câmara Municipal, onde inclusive o próprio chegou a questionar o **Sr. Presidente** sobre novidades quanto a estas variantes e outras obras em estradas nacionais. Partilha a comunicação do PSD junto dos deputados da Assembleia da República para questionarem o Governo. Dá nota que também pode partilhar qual foi o projeto de resolução apresentado, o número correspondente, a questão e a resposta que foi dada. Ou seja, não afirmou nada que não fosse verdade e também não atacou ninguém.

Sobre a questão que o PSD não respondeu, não pode responder porque representa o PSD de Palmela, mas também é verdade que o PSD não respondeu durante os 8 anos que esteve no Governo, enquanto o PS esteve durante 22 e nada fez.

O **Sr. Presidente** menciona ser importante estarem unidos na moção e na reivindicação. Percebe que cada uma das bancadas que interveio já teve os seus partidos com responsabilidades governativas e este processo há muito que já deveria ter tido resposta. Aponta o facto da bancada da CDU, não ter “pedras no sapato” e ser sempre coerente. Lembra que a iniciativa partiu sempre da parte da CDU e nos últimos anos sublinha que não estão numa postura de denúncia e reivindicação, tendo apresentado propostas, soluções e disponibilidade, para começar a trabalhar nas expropriações e nos espaços canais.

Salienta que, mesmo estando em período eleitoral, é importante estarem unidos nesta matéria porque, seja quem for que vier a assumir responsabilidade, terá o Município de Palmela solicitar uma reunião urgente, pois questão não pode ficar adiada.

Informa que este novo traçado está em processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que estará em discussão pública nos próximos dois meses. Mais informa que, depois deste processo estar fechado no Plano Diretor Municipal, que teve a pronúncia das Infraestruturas de Portugal, terá de existir o compromisso do Governo em colocá-lo no plano de investimentos.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** apresenta o Voto de Pesar que se transcreve:

. Voto de Pesar (Valentim Pinto).

«Valentim Rodrigues Pinto faleceu a 8 de fevereiro, vítima de doença prolongada. Teria completado nesta segunda-feira, dia 19, 74 anos de idade.

Natural de Viseu, cedo veio a residir na região de Setúbal, onde desenvolveu a sua carreira profissional e percurso político. Licenciado pelo ISCTE em Sociologia do Trabalho, em 1985, esteve sempre ligado ao Poder Local Democrático, quer por via das diversas funções como dirigente na administração local, nomeadamente, ao serviço da Câmara Municipal do Seixal, quer pela assunção de diversas missões de serviço público.

Desempenhou funções na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo desde 2005 e, entre 2006 e 2017, foi Presidente da Junta, revelando-se um apaixonado por esta Freguesia e um defensor intransigente das suas populações. Atualmente, era membro da Assembleia Municipal de Palmela para o mandato 2021-2025.

O forte sentido de dever cívico, o compromisso pessoal e político com as causas que abraçava, a visão humanista e uma forma de estar discreta, mas assertiva, deixaram a sua marca no universo político local e regional. Quem com ele teve oportunidade de privar recorda a capacidade de trabalho e de luta, o empenho, o sentido de humor refinado e o gosto pessoal pela cultura.

Reunida a 21 de fevereiro de 2024, a Câmara Municipal de Palmela lamenta o falecimento de Valentim Pinto e endereça à sua família, à Assembleia Municipal de Palmela e à Freguesia de Quinta do Anjo sentidas condolências.»

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** depois de cumprimentar todos os presentes, apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Rita Lourenço).

«Rita Lourenço conquistou o título de Campeã Nacional de Cadetes em Judo (-52 kg) no Campeonato AS Nacional de Cadetes 2024, realizado a 10 de fevereiro, no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada".

A judoca de Vila Amélia, Freguesia de Quinta do Anjo, começou o seu percurso no Programa de Desenvolvimento do Judo, na *St. Peter's School*, e representa, atualmente, a Sociedade União Sintrense.

Esta vitória garantiu-lhe acesso direto à Seleção Nacional da modalidade, ao serviço da qual participou, no passado fim de semana, na Taça da Europa de Cadetes, em Fuengirola, Espanha.

Reunida a 21 de fevereiro de 2024, a Câmara Municipal de Palmela saúda Rita Lourenço pela conquista do título de Campeã Nacional de Cadetes em Judo (-52 kg) e faz votos de sucessos continuados para a sua carreira desportiva, dignificando o Concelho de Palmela e a modalidade.»

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. **Participação do Município de Palmela na 35ª edição da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL)** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** cumprimenta todos os presentes e dá nota que o Município de Palmela estará presente, entre 28 de fevereiro e 3 de março, na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa na FIL - Feira Internacional de Lisboa, integrado no stand da ERTL - Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa.

Informa que se trata de uma iniciativa promovida pela Fundação AIP, a 35ª edição da BTL que pretende consolidar a afirmação da mais importante feira de Turismo de Portugal, além de

reforçar o seu estatuto como um dos mais importantes certames deste género a nível internacional.

Considera que, sendo a BTL o evento de maior relevo na promoção de férias e destinos de lazer, com milhares de visitantes, a presença do Município de Palmela no certame, tem como intuito, posicionar o território nas principais rotas e destinos, tanto a nível nacional como internacional.

Salienta que, ao encontro desta premissa, no balcão de Palmela destaca-se o Enoturismo, o Turismo de Natureza, o Turismo Cultural e a vertente de Gastronomia e Vinhos, através de materiais diversos de informação turística, de oferta de brindes promocionais e de produtos regionais de qualidade, de onde se destaca o Moscatel de Setúbal e a Fogaça de Palmela.

No que concerne à animação do espaço em questão, informa que será dado destaque à apresentação da Aldeia Vinhateira de Fernando Pó, através da presença de vários agentes económicos, do movimento associativo e adegas, assim como à divulgação de alguns eventos âncora, como o Festival do Queijo Pão e Vinho, Mostra de Vinhos de Fernando Pó, o Mercado Caramelo, a Festa das Vindimas e a Feira Medieval de Palmela.

Termina, informando que o Município estará também representado, no stand da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, com peças alusivas ao tema "Santiago" e degustação de Fogaça de Palmela em forma de "vieira", alusiva à iconografia de "Santiago".

. Execução de ligação de novos furos de captação de água da Fonte da Vaca – A Sra.

Vereadora Fernanda Pésinho dá nota que a obra de execução de ligação de novos furos de captação de água da Fonte da Vaca ao reservatório da Fonte da Vaca encontra-se em fase de testes finais, decorrendo ensaios de funcionamento de comandos de telegestão e desinfecções de novas condutas com vista à entrada do funcionamento.

Refere que se trata de um investimento de 359.341,41€, com IVA à taxa de 6% ao qual acresce o valor de 14.760€ relativos ao custo do projeto.

Considera ser uma obra estratégica para o reforço de abastecimento de água ao Pinhal Novo, uma vez que irá garantir uma maior viabilidade do sistema em termos de caudal captado, maior capacidade de distribuição e assim responder aos maiores consumos, permitindo ainda da permitir estabilizar as pressões na rede de abastecimento, assim como permitirá uma maior flexibilidade na gestão da rede de abastecimento público nas zonas de Pinhal Novo.

Realça que os três novos furos da Fonte da Vaca, ficam assim interligados ao sistema de Val'Flores e reservatório da Cascalheira, bem como aos reservatórios da Fonte da Vaca, partilhando a água captada nos referidos furos de captação, garantindo assim circuitos de abastecimento alternativos na interligação entre a zona norte e a zona sul do Pinhal Novo.

Informa que todo este sistema fica ainda equipado com telegestão, de sistema de abastecimento público de água em funcionamento no Município, de forma a monitorizar, controlar em tempo

real as infraestruturas, com o intuito de assim garantir e melhorar o serviço prestado pela autarquia, enquanto entidade gestora.

Conclui, informando que esta obra insere-se no âmbito de um compromisso de mandato autárquico e enquadra-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS - Agenda 2030 das Nações Unidas, com os quais a autarquia está fortemente comprometida, pretendendo com a sua ação contribuir para a sua concretização.

. Lançado concurso para projeto para uma zona desportiva multiusos junto ao CRJ Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi lançado concurso para contratação de um projeto de execução para uma zona desportiva multiusos junto ao CRJ de Quinta do Anjo, com o preço base, que acrescido de IVA, totaliza 15 990,00€.

Dá nota que pretende-se construir um parque de skate e um campo de basquete ou 'street basket'.

Mais informa que o novo espaço deverá dispor de equipamentos e obstáculos como os denominados Wallride, Flat bar, Quarter Pipe, Banco, Escadas com "Curbs" laterais e Corrimão central, pirâmide, "Kicker to Kicker", rampa curva e "Pool/Bowl" ou Piscina.

Refere que o projeto deve prever a manutenção das árvores existentes, iluminação dos espaços exteriores, drenagem pluvial, a reformulação e uniformização de pavimentos, algum mobiliário urbano e pontos de água pontuais e o tratamento de espaço exterior entre o recinto e o arruamento.

. Adjudicado projeto de requalificação e adaptação do Parque Mário Bento – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi adjudicado, por 49.138,50€, o projeto para a requalificação e adaptação do Parque Mário bento, em Poceirão.

Refere que o projeto deve conceber um edifício para Incubadora de Empresas, junto ao pavilhão já existente, uma nova portaria, um espaço coberto para acolher os animais em dias de feiras/exposições agrícolas e a construção de uma cobertura interligada a construções já existentes.

Dá nota que devem também ser implementadas diversas beneficiações a nível de infraestruturas elétricas e de segurança e garantida a majoração da eficiência energética, bem como o princípio de não prejudicar significativamente o ambiente.

Conclui, informando que este projeto está integrado na Operação Integrada Local – OIL – Poceirão e Marateca, com financiamento do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, cuja obra pretende criar condições para potenciar e qualificar a atividade e dinamizar a economia local.

. Concurso Local de Leitura – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que a Câmara Municipal de Palmela desenvolve, por via das Bibliotecas Municipais e Polos, um trabalho continuado e amplamente reconhecido em prol do acesso ao conhecimento e à leitura.

Refere que neste âmbito, desde 2019, participa no Concurso Nacional de Leitura (CNL), Iniciativa do Plano Nacional de Leitura 2027.

Mais refere que, no presente ano letivo, por razões de reestruturação do Concurso Nacional de Leitura e do próprio serviço Plano Nacional de Leitura 2027, a iniciativa foi suspensa.

Contudo, considerando os objetivos inerentes: estimular o gosto e os hábitos de leitura; melhorar a compreensão leitora; associado ao nível de adesão tido em anos anteriores, assim como os resultados alcançados (já vários alunos do concelho foram qualificados para a fase nacional), e por se tratar de uma oportunidade para integrar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, informa que irá realizar-se, pela primeira vez, o Concurso Local de Leitura (CLL).

Dá nota que as leituras têm por base a obra «Livro Livre», dos autores Francisco Bairrão Ruivo, Joana Paz e Danuta Wojciechowska. O «Livro Livre» constitui uma forma de comemorar o 25 de Abril, dando a conhecer a crianças e jovens este marco da História de Portugal e o seu legado. Celebra os direitos e as liberdades fundamentais consagrados na Constituição de 1976, como a sua principal herança, e destaca a responsabilidade do que é viver em democracia.

Informa que o Concurso Local de Leitura irá realizar-se em dois momentos: dia 28 de fevereiro, no auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro, destinado a leituras dos alunos do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico; dia 6 de março, na Escola Básica 2/3 e Secundária José Saramago, destinado às leituras dos alunos do 3.º Ciclo e Ensino Secundário.

Mais informa que a leitura, bem como a expressividade oral, será avaliada por um júri constituído por um elemento representante da Rede de Bibliotecas Públicas do Município de Palmela, pela coordenadora interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares e por um dos autores do livro.

Termina, informando que cada aluno/a participante receberá um certificado de participação e os /as três primeiros(as) vencedores/as de cada escalão receberão um cheque brinde.

. Março a Partir 2024 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que o Março a Partir é promovido pelo Município de Palmela, em parceria com as associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades que trabalham com a população juvenil do concelho.

Refere que se trata de um projeto desenhado pela e para a juventude, que tem como princípios base a participação, responsabilidade, tolerância, partilha e cooperação.

A dinâmica de concretização do Março a Partir proporciona às/aos jovens uma aprendizagem e vivência da elaboração de um projeto coletivo.

Em 29 edições, o Março a Partir afirma-se como um projeto de e para a juventude, transversal a várias áreas de atuação no campo juvenil, consoante os projetos apresentados.

Este ano o Março a Partir assinalará, também, o Dia Nacional do Estudante (24 março) e o Dia Nacional da Juventude (28 março), no ano em que se comemoraram os 50 anos do 25 Abril – Abril para Já!

Também, mais uma vez, foi realizado um Concurso de Imagem relacionado com a Imagem do Março a Partir, cujo vencedor foi o jovem Pendro Mendonça, residente na freguesia de Pinhal Novo.

O programa do Março a Partir apresenta várias dezenas de atividades dinamizadas pelos/as jovens no concelho, numa demonstração de cooperação e partilha entre todos/as os/as que se envolveram nesta atividade.

. Portugal O' Meeting 2024 – A Sra. Vereadora Maria João Camolas dá nota que se realizou, entre os dias 10 e 13 de fevereiro, o “Portugal O' Meeting 2024”, a maior iniciativa de Orientação realizada em Portugal, que contou com a participação de mais de 2.000 atletas, cerca de 1.300 estrangeiros, em representação de 382 equipas.

Informa que neste evento, que incluiu 2 etapas a contar para a Taça do Mundo, a Palmela Desporto esteve representada com 30 atletas, tendo alcançado o 1.º lugar na classificação coletiva.

Mais informa que, individualmente, para além de outros excelentes resultados, destacam-se as participações dos atletas Ricardo Esteves Ferreira e Luís Silva, respetivamente 2.º e 3.º classificados, no escalão Elite Masculina.

. Respostas comunitárias e sociais no Monte do Francisquinho – protocolo SEIS – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa que no âmbito das respostas comunitárias e sociais no Monte do Francisquinho, a SEIS, parceira social, viu aprovado um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, para o funcionamento de um gabinete de inserção profissional a funcionar no Monte do Francisquinho.

Dá nota que foi também aprovado um projeto financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, para o desenvolvimento de uma intervenção que procura sensibilizar para a problemática da desigualdade entre homens e mulheres. O Março – Mulher Palmela decorre entre fevereiro e junho, contempla atividades como a criação de um conselho consultivo, contato com as organizações para a construção de um programa participado, sensibilização, culminando o projeto com uma exposição final.

Termina, informando que o Município continuará empenhado na amplificação das suas respostas sociais, inclusivamente de apoio à vítima e trabalhará com os parceiros nesta área.

Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano

_ Piscinas do Pinhal Novo – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** partilha que em relação à manutenção e conservação das Piscinas de Pinhal Novo, mais concretamente em relação aos balneários, alguns munícipes alertaram que atualmente não se encontram nas melhores condições de conservação e manutenção. Dá nota que alguns dos aspetos que lhe foram relatados referem que existem balneários sem portas, com ombreiras partidas, secadores que não funcionam, a maioria dos cacifos não têm trancas e existe alguma falta de higiene durante algumas horas específicas do dia. Sabe que as piscinas não são gestão direta do Município, são da Palmela Desporto, empresa com autonomia administrativa e financeira, mas como está sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal, deixa estes alertas colocados pelos munícipes que utilizam estas instalações.

_ Obras na Ribeira da Salgueirinha – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere-se à obra da Ribeira da Salgueirinha, mais concretamente com a 1.ª fase que já está concluída. Refere ainda que existia um troço que estava incluído na 1.ª fase que respeita à passagem por baixo da Rua do Alentejo e da linha do Alentejo, concretamente a passagem que não teve intervenção. Evoca que, depois da 1.ª fase já ter sido terminada em 2022, no final desse mesmo ano já existiram cheias porque o caudal da vala vem com mais água e como esse troço está mais estreito originou as cheias. Informa que, no presente ano, esta situação ocorreu novamente, e de uma forma ainda mais grave pois alagou a Estrada do Alentejo. Lembra que na altura teve oportunidade de questionar o **Sr. Presidente** que o informou que o mesmo não tinha sido ainda intervencionado por responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Desta forma, questiona, novamente quando será feita esta intervenção. Pelo facto de a Estrada do Alentejo ser o único acesso aos moradores que ali habitam, questiona igualmente qual será a alternativa para esses moradores quando essa zona for intervencionada.

_ Mau estado das estradas municipais do concelho – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** volta a frisar o mau estado das estradas municipais do concelho, nomeadamente a Estrada Municipal 533-1 e a 575 (que vai da Lagoa da Palha à Venda do Alcaide). Refere que se tratam de situações que se prolongam com o mau asfaltamento, a falta de bermas, a falta de passeios colocando em causa a segurança de peões e de viaturas. Salienta mais uma vez a falta de lombas redutoras de velocidade em algumas retas perigosas no concelho, como por exemplo na Rua dos Comerciantes, na Rua do Ouro ou na Lagoa do Calvo na zona da Sociedade Recreativa, na reta

onde está um semáforo, que segundo os seus moradores não é respeitado, por isso sugere que se encontre uma outra solução.

_ Buraco na Rua Fernão Lopes Graça, no Pinhal Novo – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** deixa o alerta para um buraco no pavimento na Rua Fernão Lopes Graça, no Pinhal Novo, que está sinalizado há já alguns dias. Uma vez que se trata de uma zona de muito trânsito, como acesso às piscinas, deixa este alerta.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Vereador Roberto Cortegano, são prestados os seguintes esclarecimentos.

_ Piscinas do Pinhal Novo - O **Sr. Presidente**, no que concerne a quanto a questões relacionadas com condições, equipamentos deteriorados e limpeza, num equipamento que é municipal, mas que é gerido pela Empresa Municipal Palmela Desporto, deixa a recomendação para que cada munícipe, utilizador ou cliente faça a respetiva reclamação no local, em tempo, pois existem procedimentos para o efeito. Refere que a empresa tem técnicos de manutenção, empresas para a limpeza e, como faz a gestão do equipamento, deve mantê-lo em condições.

Informa que a Sra. Vereadora do pelouro, que tem reuniões periódicas com o conselho de gestão, dará nota destas preocupações. Reforça, que são questões correntes não são questões políticas ou estratégicas.

_ Obras na Ribeira da Salgueirinha – O **Sr. Presidente** afirma que efetivamente o troço não foi executado por questões de divergências técnicas com a Infraestruturas de Portugal e ficou na responsabilidade dos mesmos para ser intervencionado. Informa que toda a linha de água, quer da parte que foi regularizada, quer da parte naturalizada, tem hoje um comportamento hidráulico excelente, sem qualquer problema, sem zonas que antes eram zonas de cheias ou ameaçadas por cheias.

Quanto à zona a que se refere, dá razão ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, pois têm de facto acontecido essas cheias. Esclarece que é normal numa secção com quase 5 metros de largura e que passe por duas manilhas de ferro com 60/80 como as que lá estão, as coisas não podem correr da melhor forma. Dá nota que da falta de execução de um atravessamento hidráulico adequado que, há época, não foi possível fazer, pois implicava situações muito complexas para não interromper a circulação dos comboios, tendo ficado para a Infraestruturas de Portugal fazer numa 2.ª fase. Mais esclarece que, neste momento, está a ser preparada a 2.ª fase da Ribeira da Salgueirinha, que se vai iniciar no Vale do Alecrim, passar pela Lagoinha até à Quinta do Anjo, num total de 7 quilómetros e um valor total de 5.400.000€. Refere que se trata de uma obra que compete ao Governo fazer e que será a autarquia a executar, com a

comparticipação de 3.800.000€ de financiamento por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, sendo o restante valor suportado pela autarquia.

Vão deixar de ter zonas com cheias, estar preparados para “picos”, alterações climáticas.

Informa que estão em conversações com a Infraestruturas de Portugal, e dá como exemplo o atravessamento da Estrada Nacional 252, que foi o mais impactante com quase nove meses de interrupção, que era para ser pago pela Infraestruturas de Portugal, mas entrou na empreitada que a Câmara Municipal fez e, até à data, as Infraestruturas de Portugal ainda não pagou o seu compromisso.

Partilha também que a Infraestruturas de Portugal irá beneficiar de fundos estruturais, comunitários e PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para a ferrovia e anuncia que terão muitas obras de ferrovia no concelho, tais como o viaduto que mencionou na Rua do Alentejo, a Estação do Poceirão, o viaduto do Poceirão, que irá acabar com as passagens de nível, e uma nova estação em Fernando Pó, com mais viadutos.

Refere que irão aproveitar as verbas da ferrovia para fazer o conjunto de intervenções que, para além da duplicação da linha Poceirão-Bombel, incidem também na linha do Alentejo. Espera que se aproveite para concretizar o troço que ficou por fazer da Ribeira da Salgueirinha, na Rua do Alentejo.

Informa que irão levar estas questões na próxima reunião com a Infraestruturas de Portugal, de forma a insistir, pois, esta situação está a alagar esses terrenos e a cortar a estrada na zona. Salaria que o projeto está feito, foi pago pela Câmara Municipal e esperam que a Infraestruturas de Portugal possa ser sensível a esta oportunidade, pois já existe projeto, terão acesso a fundos comunitários e todas estas obras terão de estar concluídas e para exploração até 2028.

Assegura que quando acontecerem as referidas obras existirá uma alternativa de acesso à Rua do Alentejo pelos seus moradores. Informa que a própria intervenção do viaduto inferior pedonal vai obrigar a fazer expropriações na Rua do Alentejo. Mais informa que se for construído um grande aqueduto por debaixo da linha que venha a ocupar o espaço canal ferroviário que vem desde 1936 e que se chama de domínio público ferroviário, para se fazer qualquer intervenção e que interrompa a circulação na Rua do Alentejo, terão que expropriar terrenos para se fazer um desvio. Conclui, informando que aquando a obra, existirá alternativa pois as pessoas não podem ficar sem acesso e circulação aos seus terrenos e casas.

_ Mau estado das estradas municipais do concelho – Quanto a esta questão, o **Sr. Presidente** informa que é do conhecimento de todos que, por exemplo na Estrada Municipal 533-1, têm vindo em todos os mandatos e todos os anos a fazer investimentos na ordem dos 250/300 mil euros, intervindo primeiramente nos troços em pior estado. Refere que vão fazendo por troços, pois estas estradas são municipais e as mais longas que conhece no país. Dá como exemplo a

Estrada Municipal 533-1 que começa no limite do concelho com a Moita, no Penteado, e vai até à Lagoa do Calvo. Informa que, no caso da Estrada Municipal 575, avaliando técnica e politicamente, intervencionam em troços que são prioritários.

O que concerne às bermas, refere que as mesmas têm sido feitas e as Estradas Municipais não têm passeios a não ser as que estão dentro dos perímetros urbanos.

Esclarece que é assim que se trabalha, por fases, por anos e por zonas, de acordo com a disponibilidade de verbas existentes e com planeamento.

Conclui, referindo que também têm que fazer novas estradas, tal como têm vindo a anunciar e a cumprir compromissos para com a população.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_04-24:

«A 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028 tem os seguintes objetivos principais:

- Proceder à inscrição do saldo da gerência de 2023, possibilitando a dotação de rubricas que se encontravam “a definir” e o reforço de outras com dotações consideradas insuficientes para as necessidades do ano;
- Repor verbas utilizadas na 2ª Alteração Permutativa para compensar reforços urgentes;
- Efetuar ajustamentos nos documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental até ao momento.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2023, no valor de 10.976.084€ (dez milhões, novecentos e setenta e seis mil e oitenta e quatro euros). Recorde-se que o saldo de gerência de 2023 foi fixado através da aprovação pela Câmara Municipal do «Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental», em reunião realizada no passado dia 24 de janeiro, documento que se anexa à presente proposta.

Efetuiu-se o ajustamento das verbas provenientes do Orçamento de Estado de 2024, de que resultou num acréscimo no valor de 1.731.464€ (um milhão, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e quatro euros).

Reforçou-se, também, na rubrica de transferências correntes no montante de 120.162€ (cento e vinte mil, cento e sessenta e dois euros) relativo a comparticipações no âmbito do PRR e da operação Planos Locais de Adaptação às Alterações Climáticas – Arrábida.

Finalmente, efetuou-se a anulação líquida, em 2024, no valor de 3.337.705€ (três milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e cinco euros) da rubrica de transferências da União Europeia, relativo a comparticipações no âmbito da Estratégia Local de Habitação e do PRR, ajustando-a reprogramação física e financeira das respetivas ações – a totalidade da verba anulada foi distribuída pelos anos de 2025 e 2026.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reforço de diversas rubricas de pessoal resultante da aplicação das medidas de valorização remuneratória;
- Reposição de verbas utilizadas na 2ª Alteração Permutativa ao Orçamento;
- Alterações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação atual definida de 45,8 milhões de euros passam, após esta Alteração Modificativa, a dispor de uma dotação no valor de 53,2 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço da dotação da ação «Edifícios Municipais - Aquisição, Remodelação e Beneficiação»;
- Reforço da dotação da ação «Reparações diversas»;
- Inclusão de nova ação «Aquisição de retroescavadora»;

Funções Sociais:

- Reforço da dotação da ação «Construção do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela»;
- Reforço da dotação da ação «Execução de Obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento»;
- Reforço da dotação da ação «Infraestruturação Faseada de Olhos de Água»;

- Inclusão de nova ação «Infraestruturação do Bairro Sousa Cintra, na Lagoinha»;
- Reforço da dotação da ação «Ampliação e Remodelação das Redes de Águas Residuais Domésticas e Pluviais»;
- Reforço da dotação da ação «Ampliação e Remodelação da Rede», do programa «Abastecimento de Água»;
- Inclusão de nova ação «WebDoc sobre património e ambiente»;
- Inclusão de nova ação «Ação climática - consultadoria»;
- Inclusão de nova ação «Elaboração do cadastro do arvoredo em zonas públicas urbanas»;
- Inclusão de nova ação «Criação de grupo informal de cuidadores de felinos e canídeos»;
- Reforço da dotação da ação «Murais sobre a Vinha e o vinho»;
- Inclusão de nova ação «Atividades Municipais - Logística»;
- Reforço da dotação da ação «Construção de campos de Padel em Pinhal Novo»;
- Inclusão de nova ação «PRR - Requalificação do Polidesportivo da Escola Básica de Cajados»;

Funções Económicas:

- Reforço de dotações de diversas ações do projeto «Iluminação Pública»;
- Inclusão de nova ação «Dia da energia - construção de plataforma digital complementar a publicação»;
- Reforço da dotação da ação «HUB10 - Plataforma Humanizada de Conexão Territorial - Concelho de Palmela»;
- Inclusão de nova ação «Pavimentação do Aceiro das Bicicletas»;
- Inclusão de nova ação «Pavimentação da Rua Joaquim Agostinho - Lagoa da Palha»;
- Inclusão de nova ação «Consolidação de taludes em vias municipais»;
- Inclusão de nova ação «Plano Mobilidade Urbana Sustentável»;
- Reforço da dotação da ação «PRARRÁBIDA - Janela da Arrábida (Palmela)»;
- Inclusão de nova ação «Obras na Casa Mãe da Rota de Vinhos».

Para além dos reforços enunciados efetuaram-se anulações nas GOP no valor global de 3.876.235€ (três milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco euros), decorrentes, no essencial, de alterações de programação, nomeadamente, da Estratégia Local de Habitação.

O total do Orçamento após a 1.ª Alteração Modificativa é de 87.041.863 € (oitenta e sete milhões, quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e três euros) que representa um acréscimo de 12,28% relativamente ao Orçamento atual.

Nos termos do n.º 5, do artigo 40.º, da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), o saldo gerência de 2023 financia 9.335.094 € (nove milhões, trezentos e trinta e cinco mil e noventa e quatro euros) do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com o art.º 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que a Câmara Municipal aprove, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028.

ANEXOS:

- Mapas da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028
- Cópia da deliberação «Aprovação do Mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental»

Sobre a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2024-2028, numerada DAFRH 01_04-24, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que todos os anos, aquando a alteração modificativa, existe um saldo de gerência de milhões que vem do ano anterior. Considera que continua a existir dinheiro de projetos que não foram executados na devida altura e que vão avançando no tempo, ou seja, dinheiro que não chega na devida altura aos munícipes e chega sempre atrasado, que vai passando de ano para ano e o orçamento vai crescendo.

Informa que não aponta nada aos projetos que serão reforçados e que irá abster-se na votação pelo facto de serem sempre estes milhões a passarem de ano para ano e que nada se modifica na concretização destas verbas.

Salienta também a anulação no valor de 3.300.000€ das transferências da União Europeia no âmbito da Estratégia Local de Habitação que serão recolocados no ano 2025 e 2026. Segundo percebeu este dinheiro terá de ser aplicado até 2026. Espera que esta verba seja mesmo utilizada até 2026 para não correrem o risco de perderem estes valores.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta todos os presentes e informa que a bancada do Partido Socialista irá se abster porque se absteve aquando da votação ao orçamento. Consideram que o orçamento deve ser gerido pelo executivo e que não vêm nada contra ou que “choque”

relativamente ao que é a gestão normal de uma autarquia, mesmo a incorporação do saldo de gerência, que faz parte contabilisticamente e é assim que deve ser feita.

Conclui, informando que não existindo nada contra e que “fira” o que é o dinheiro público, o Partido Socialista irá se abster.

Dirigindo-se ao **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, o **Sr. Presidente** começa por salientar que não é por dizer sempre a mesma coisa que a mesma se torna verdadeira ou credível.

Esclarece que a não serem as autarquias que estão endividadas e quase em falência e que tiveram que recorrer a fundos e apoios, nomeadamente o Fundo Social Municipal, é que não têm saldo de gerência, porque de resto, todas as outras têm que ter esse saldo.

Frisa que é impossível executar tudo.

Refere que existem programas que são plurianuais, mas quando se lança a empreitada têm que ter a verba toda, independentemente de a obra demorar um ou dois anos a concluir. Aponta como exemplo a verba do Pavilhão da Escola Secundária de Palmela tem que transitar de um ano para o outro. Informa que, numa obra de 2.600.000€, no primeiro ano existia 1.500.000€ e só foram liquidados autos no valor de 580.000€, tendo a restante verba que passar para o ano seguinte.

Considera que o saldo não significa que sejam verbas que não se quiseram gastar, mas sim verbas que vão ser usadas no ano seguinte para pagamento de autos de execução das próximas obras, situação que é aplicável a várias obras candidatas e a fundos. Apresenta outro exemplo relativamente ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) onde foi feita uma operação para mudança de rubrica de alguns fundos por causa da oferta pública de aquisição, que tiveram de ter previsto 8 milhões para lançar o concurso, sendo que as obras demoram 2 anos a serem feitas e só terão o financiamento se as mesmas estiverem concluídas, com licenças de utilização emitidas até março de 2026.

Volta a salientar que todas estas mexidas são normais e que se trata de uma operação técnica e financeira, que não é política, situação que acontece em todos os municípios que têm este tipo de dimensão e dinâmica.

Volta a referir que a ideia de que quando existe saldo é porque não se executa não é correta e reafirma que Palmela é dos municípios que mais executa, em comparação com a Área Metropolitana de Lisboa.

Assume que no ano passado executaram menos percentualmente, mas em contrapartida executaram mais investimento em milhões.

Informa que, quando chegarem à Prestação de Contas do ano 2023 que terão de aprovar em abril, irão verificar que Palmela até é um Município, comparado com municípios de grande dimensão, que tem melhores execuções.

Manifesta que gostava também que quando lançam empreitadas não terem concursos desertos.

Dá nota que têm empreitadas de empresas que foram embora e deixaram as empreitadas a meio, como por exemplo no antigo quartel da GNR em Palmela (que será o futuro Centro de Investigação do Património Cultural), cujo empreiteiro foi embora e terão agora de lançar nova empreitada para o que faltou fazer, sendo este outro exemplo para a verba que transitou de um ano para o outro.

Deixa estes exemplos todos para que quem está a assistir e não tiver a noção do que é o trabalho técnico dos concursos e das empreitadas, fica sem perceber porque é que não se executam certas obras.

Realça que existem muitas situações desta natureza, que atrasam a conclusão das obras e que não desistem, pois os compromissos do mandato estão a ser cumpridos.

Refere que importa avançar e este é o instrumento que permite financiar os compromissos que querem colocar em terreno, pelo que é urgente que fique aprovado.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Mara Rebelo, Pedro Taleço e Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Serviço Municipal de Proteção Civil

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 2 – Contrato Programa de Cooperação Financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo para aquisição de um veículo de socorro e assistência especial – 2.ª alteração

PROPOSTA N.º SMPC 01_04-24:

«A 4 de outubro de 2023, a Câmara Municipal de Palmela aprovou a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo para aquisição de um veículo de socorro e assistência especial (VSAE).

Este apoio financeiro, traduzido num Contrato Programa de Cooperação Financeira, estabeleceu que a Câmara Municipal de Palmela transferisse a primeira tranche, no valor correspondente a 20% do montante total, com a entrega da proposta de aquisição, em 2023, 30% do montante total, com a chegada do chassis, em 2024 e a terceira tranche, no valor correspondente a 50%, com a entrega da viatura.

Todavia, e verificando-se que os prazos de entrega, devido às condições de mercado, irão sofrer ligeiras alterações, será necessário ajustar calendário de transferência das tranches, adequando-o às condições de estipuladas pela empresa fornecedora do veículo:

- Primeira tranche, no valor correspondente a 20% do montante total, com a adjudicação, atribuída em 2023;
- Segunda tranche, no valor correspondente a 60% com a chegada do chassis, em 2024;
- Terceira tranche, no valor correspondente a 20%, com a entrega do veículo, no início de 2025.

Face ao exposto, mantendo-se os pressupostos anteriores e a inclusão das presentes alterações, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea o) e u) do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a retificação da cláusula segunda do Contrato Programa de Cooperação Financeira para a atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros do Pinhal Novo para aquisição de um veículo de socorro e assistência especial, nos termos da minuta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Contrato Programa de Cooperação Financeira para atribuição de apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura para aquisição de um veículo florestal de combate a incêndios (VFCI).

PROPOSTA N.º SMPC 02_04-24:

«A Câmara Municipal de Palmela foi pioneira no estabelecimento de parcerias com as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, instituindo uma forma de relacionamento rigorosa e transparente, concedendo apoios que vêm permitindo garantir às mesmas e às populações do Concelho, níveis de prontidão operacional e segurança, consentâneas com as exigências dos nossos dias.

Em 2022 e face à reiterada falta de investimento da tutela nos últimos vinte anos, na atribuição/aquisição de veículos de combate a incêndios às corporações do nosso concelho, o Município assumiu o compromisso, junto das três associações, de atribuir, até 2025, a cada uma, a verba de 300 mil euros, destinada a apoiar aquisição de veículos considerados prioritários pelos nossos corpos de bombeiros que, à semelhança do panorama nacional, apresentam uma frota com uma idade média superior a 25 anos, pondo em causa a operacionalidade e, muitas vezes, a segurança dos seus operacionais, no decurso das ações de socorro.

Neste contexto, a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura irá proceder à aquisição de um Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI), no valor global de 299.450,00€ (duzentos e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta euros).

Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea o) e u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

1. Aprovar a celebração de Contrato Programa de Cooperação Financeira entre o município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, nos termos da minuta em anexo, a qual faz parte integrante da presente proposta;
2. Nos termos do nº3 da Cláusula Segunda do referido Contrato Programa, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de 59.890,00 € (cinquenta e nove mil oitocentos e noventa euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, correspondente a 20% do valor total do apoio municipal.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Procedimento para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de 19 (dezanove) pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos no Concelho de Palmela

PROPOSTA N.º DASU_GAEE 01_04-24:

«A aposta nacional na mobilidade elétrica visa posicionar o País como pioneiro na adoção de novos modelos de mobilidade ambientalmente sustentáveis e capazes de explorar a relação com a rede elétrica, maximizando as vantagens da energia proveniente de fontes renováveis.

Neste sentido, Portugal criou o Programa para a Mobilidade Elétrica, com o propósito de criar condições para a massificação do veículo elétrico e apoiar a criação de uma rede de infraestrutura para carregamento, visando uma maior sustentabilidade.

Este desígnio está a par da crescente tomada de consciência da necessidade urgente de um processo de descarbonização a nível global e os subsequentes compromissos nacionais para a redução de emissões de gases com efeito de estufa, de promoção da eficiência energética e de incentivo à utilização de energias renováveis.

A atividade de comercialização de eletricidade para mobilidade elétrica só poderá ser exercida por operadores de pontos de carregamento, devidamente licenciados pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), e a instalação destes, em local público de acesso público no domínio público, depende da titularidade de uma licença de utilização privativa do domínio público, nos termos estabelecidos através da Portaria 222/2016, de 11 de agosto.

Em consonância com o disposto nesse diploma, tais licenças de utilização são atribuídas pelos respetivos municípios, a quem compete definir as regras de ocupação de espaço municipal, bem como os locais municipais para a instalação dos Postos de Carregamento de Veículos Elétricos, dando condições de equidade entre os operadores licenciados no mercado, por forma a incentivar a sua rápida implementação.

Procurando promover o transporte urbano sustentável, contribuir para a transição energética e a descarbonização do território o Município de Palmela entendeu oportuno lançar o procedimento para concessão do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de 19 (dezanove) pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos no Concelho de Palmela.

Esta ação está em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações: Objetivo 7 - Energias renováveis e acessíveis; Objetivo 11 - Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis e Objetivo 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

Assim, nos termos conjugados dos artigos 7.º 8.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua versão atual, do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, na sua redação atual, da Portaria n.º 222/2016 de 11 de agosto, das alíneas p) do n.º 1 do artigo 25.º e qq) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se submeter à Assembleia Municipal Palmela a autorização para a concessão de licença do direito de uso privativo de espaço público para a instalação de 19 (dezanove) pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos no Concelho de Palmela, nas condições previstas no programa de procedimento em anexo à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos»

Sobre a proposta do procedimento para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de 19 (dezanove) pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos no Concelho de Palmela, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta todos os presentes e acrescenta que o Partido Socialista vê com grande positividade o presente procedimento. Refere que este é o caminho que se deve tomar e subscrevem as palavras da **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** em relação à proposta que apresenta. Deixa a sugestão que para além da designação de 19 locais, se entre num processo de planeamento para estacionamento de viaturas elétricas em zonas mais nobres que possam ser restringidas a viaturas de combustão, procurando assim incentivar a aquisição destas viaturas. Considera ser um processo que necessita de melhoramento pois é um investimento que se revela demasiado pesado para que possa ter a massificação que se pretende. Ainda assim, considera esta infraestrutura essencial e que a Câmara Municipal está na primeira linha ao aprovar estes 19 postos de carregamentos complementares aos que já estão em funcionamento.

O Sr. Presidente informa que estão também a trabalhar em conjunto com outras entidades que em domínio privado estão a ampliar a rede de postos de carregamento. Esperam, um dia poder partilhar números exatos, porque existe já uma rede muito substancial no concelho.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota que relativamente aos dados da Mobi-ex, que podem ser extraídos para consulta, existem cerca de 21 postos com cerca de 40 tomadas, o que a acrescer aos atuais 19 passarão a 41, ultrapassando a medida que têm no Plano da Mobilidade Elétrica que foi aprovada por todos, que consistia em 34 postos até 2030.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Divisão de Finanças e Aprovisionamento

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Empréstimo bancário a médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação.

PROPOSTA N.º DAFRH_DFA 01_04-24:

«Na sequência da aprovação em Assembleia Municipal, realizada no dia 05 de dezembro de 2023, do pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimo bancário de médio e longo prazo, conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovado em reunião de Câmara, realizada em 20 de dezembro de 2023, a consulta às seguintes entidades bancárias para apresentação de propostas:

- ABANCA
- Banco Português de Investimento
- Banco Santander Totta
- Caixa Geral de Depósitos
- Crédito Agrícola
- Millennium BCP
- Montepio Geral
- Novo Banco

O prazo para apresentação de propostas decorreu até às 16:30 do dia 26/01/2024.

À consulta efetuada submeteram proposta todas as entidades bancárias convidadas, pela ordem que se indica no quadro seguinte:

Nome	Data e hora
Montepio Geral	25/01/2024 10:23
Caixa Geral de Depósitos	25/01/2024 10:39
Banco Santander Totta	25/01/2024 11:15
Millennium BCP	25/01/2024 15:22
ABANCA	26/01/2024 09:44
Banco Português de Investimento	26/01/2024 14:34
Novo Banco	26/01/2024 14:53
Crédito Agrícola	26/01/2024 16:20

A abertura de propostas ocorreu no dia útil seguinte, 29/01/2024, pelas 10:00, na presença do Diretor de Departamento de Administração e Recursos Humanos, do Chefe da Divisão de Finanças e Aprovisionamento, e da Técnica Superior da área de Finanças, Isabel Remechido.

Todas as propostas recebidas cumprem os requisitos da consulta efetuada, nomeadamente:

- Natureza do empréstimo: empréstimo de médio e longo prazo;
- Montante: 7.657.000,00 €
- Finalidade: Financiamento de investimentos para um conjunto de obras e projetos incluídos (ou a incluir) no Plano Plurianual de Investimentos, 2024-2028;
- Prazo Global: 15 anos;
- Prazo de Utilização: 3 anos após data do visto do Tribunal de Contas;
- Amortização de capital: a 1.ª amortização de capital ocorrerá no último dia do prazo de utilização do empréstimo e cada uma das demais no correspondente dia de cada semestre subsequente;
- Prestações: Constantes de Capital e Juros;
- Pagamentos: Semestrais;
- Taxa de Juro: Indexada à Euribor a 12 meses;
- Comissões: Isento;
- Liquidação Antecipada: Possibilidade de amortização do empréstimo, total ou parcial, sem qualquer penalização.

Apresentando as propostas todos os requisitos exigidos na consulta, o que as irá diferenciar será o *spread*, resultando na seguinte ordenação dos concorrentes:

Nome	<i>Spread</i>	Ordenação
Caixa Geral de Depósitos	0,288%	1.º
Crédito Agrícola	0,40%	2.º
Millennium BCP	0,45%	3.º
Banco Português de Investimento	0,55%	4.º
ABANCA	0,58%	5.º

Montepio Geral	0,75%	6.º
Banco Santander Totta	0,83%	7.º
Novo Banco	1,75%	8.º

As propostas apresentadas e respetiva intenção de adjudicação foram disponibilizadas a todos os concorrentes, em 29/01/2024, tendo-se concedido o prazo de 10 (dez) dias para que os mesmos, caso assim o entendessem, se pronunciassem ao abrigo da exigência legal do direito de audiência prévia, em conformidade com o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo. Terminado o prazo concedido, não foi recebida qualquer pronúncia.

De acordo com estipulado no art.º 52.º da Lei nº 73/2023, de 3 de setembro, o Município de Palmela cumpre o limite da dívida total, conforme se constata pela aferição da dívida total à data de 31 de dezembro de 2023, detendo, naquela data, margem de endividamento de 16 milhões de euros para 2024.

Aferição da Dívida Total (2023)			
1. Limite dívida total			
Receita corrente	2021	(1)	55.065.172
	2022	(2)	62.219.288
	2023	(3)	61.929.713
Média da Receita Corrente		(4)=(1+2+3)/(3)	59.738.058
Limite dívida total		(5)=(4)*1,5	89.607.087
2. Endividamento		(6)	9.391.291
3. Margem total disponível		(7)=(5)-(6)	80.215.796
4. Margem utilizável		(8)=(7)*20%	16.043.159

Apresentando o Município margem disponível para aumentar a dívida total, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do art.º 49 da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro, a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante 7.657.000,0€ (sete milhões seiscentos e cinquenta e sete mil euros), à Caixa Geral de Depósitos, por esta entidade bancária apresentar as condições financeiras mais favoráveis, menor spread e, consequentemente, menores encargos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada.»

Sobre a proposta de empréstimo bancário a médio e longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos - Adjudicação, numerada DAFRH_DFA 01_04-24, intervém:

O **Sr. Presidente** realça que, de acordo com a legislação, só os municípios que podem pagar e têm capacidade de endividamento é que conseguem contrair empréstimos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Educação

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Transferência para o Agrupamento de Escolas José Saramago – despesas de funcionamento com o edifício do 1.º ciclo – Ano Letivo 2023/2024.

PROPOSTA N.º DDET_DE 01_04-24:

«No âmbito das suas atribuições e competências, o município de Palmela assume as despesas de água, eletricidade e gás, correspondentes ao edifício do 1.º ciclo do ensino básico, integrado na EB José Saramago, do Agrupamento de Escolas José Saramago.

Neste sentido, o município financia estes encargos de acordo com despesas apresentadas pela Direção do Agrupamento, e em função do número de alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico desta escola, em cada ano letivo.

O valor mensal da despesa que está calculado é de € 1750 (mil, setecentos e cinquenta euros).

Assim, de acordo com a alínea ee), do n.º 1, do art.º 33º, do regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que seja atribuído apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas José Saramago, no valor de € 21.000 (vinte e um mil euros), destinado a financiar os encargos com água, eletricidade e gás do edifício do 1º Ciclo da EB José Saramago, correspondente ao ano letivo de 2023/2024.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Transferência financeira de verba para Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos – correção de valor.

PROPOSTA N.º DECS_DE 02_04-24:

«A implementação da Transferência de Competências na área da Educação, estabelecida na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e efetivada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atual, é um processo que está a ser desenvolvido pelo município de Palmela, em estreita cooperação e colaboração com o/as Diretor/as de Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias.

No decorrer do processo da transferência de verbas para os estabelecimentos de ensino, relativas à Manutenção e Conservação para o presente ano civil, aprovada na reunião de Câmara de dia

24 de janeiro de 2024, existiu um desacerto de cálculo relativo à área descoberta da Escola Básica José Maria dos Santos.

Aquando da realização dos cálculos, para determinar os valores a serem atribuídos aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, foram apenas considerados, para a Escola Básica José Maria dos Santos, 1 400 m² de área descoberta e não os 14 000 m² que deveriam ter sido considerados.

Esta falha no cálculo traduz-se na necessidade de corrigir o valor financeiro correspondente à área coberta de €700,00 (setecentos euros) para €7.000,00 (sete mil euros).

Face ao exposto, e nos termos do artigo 4º, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere a transferência para o Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos do valor de €6.300,00 (seis mil e trezentos euros), correspondente ao acerto necessário.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** dá por terminada a reunião pública. Reitera os agradecimentos ao Grupo Folclórico Danças e Cânticos de Olhos de Água pelo acolhimento, a todos/as munícipes que ficaram e participaram e ao executivo da Junta de Freguesia pela presença, acompanhamento e o trabalho conjunto durante a semana.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte e três horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco